

## DECLARAÇÃO DO FÓRUM DE GOVERNOS LOCAIS E REGIONAIS DA AMÉRICA LATINA E CARIBE – EUROPA

Nós, como líderes dos Governos Locais e Regionais (GLR) da região da América Latina e Caribe (ALC) e da União Europeia (UE), reunidos nos dias 13 e 14 de julho de 2023 em Bruxelas (Bélgica), paralelamente à Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da União Europeia e da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (UE-CELAC) 2023:

### Contexto:

**Reconhecendo** o atual contexto global e regional em que a Cúpula UE-CELAC está ocorrendo para ambas as regiões, onde a mudança climática, a pressão humana sobre a natureza que gera degradação ambiental, a escassez de recursos, a pobreza extrema, as desigualdades crescentes, a multiplicação de tensões sociais e de conflitos armados; levando à deterioração dos direitos humanos, e especificamente os direitos das mulheres e dos jovens, dentro e próximo de suas fronteiras, os fluxos migratórios, bem como o contexto preocupante das tendências de recentralização.

**Considerando** a relação econômica e histórica desigual entre a UE e a América Latina e o Caribe, há uma necessidade cada vez maior de fortalecer a parceria birregional UE-ALC em pé de igualdade. Isso deve estar consagrado nos princípios de coerência política e eficácia para o desenvolvimento entre os órgãos locais e regionais, juntamente com suas Associações Nacionais, e deve se esforçar para melhorar e atingir o desenvolvimento econômico e sustentável conjunto, a coesão social, fortalecer o comércio e reforçar os valores compartilhados de cooperação, colaboração, solidariedade, democracia e paz, em linha com a Agenda 2030 e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

**Reconhecendo** que é necessário um enfoque territorial sob medida para o desenvolvimento para responder à diversidade das realidades nacionais e sub-regionais da América Latina e que existem desafios específicos enfrentados no Caribe em relação à diversificação climática e econômica.

**Reconhecendo** a ameaça existencial que a mudança climática representa para todas as nossas sociedades, e reconhecendo o impacto desproporcional que está tendo e que continuará a ter na região da ALC e seus cidadãos, apesar da América Latina ser responsável por menos de 8% do gás de efeito estufa global (GEE), e o Caribe menos de 1%, enquanto hospeda mais de 50% da biodiversidade do planeta.

**Reconhecendo** que as desigualdades econômicas, sociais e humanas estão aumentando em ambas as regiões, exacerbadas pelo impacto da COVID-19 e pela guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, que deterioraram ainda mais contextos já críticos, e contribuíram para o status da América Latina e Caribe como a segunda região mais desigual do mundo.

**Aceitando** o reconhecimento da UE sobre o papel dos GLR na cooperação internacional e nas políticas de desenvolvimento, expresso na Comunicação de 2013 “Empoderar autoridades locais em países parceiros para uma governança aprimorada e resultados de desenvolvimento mais eficazes”; o Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento em 2017,

como parte de sua resposta à Agenda 2030 da ONU para o Desenvolvimento Sustentável e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2015), bem como em programas regionais *ad hoc* para a cooperação descentralizada, como URB-AL.

**Refletindo** sobre as prioridades do Instrumento de Vizinhança, Cooperação para o Desenvolvimento e Cooperação Internacional (IVCDCI) – Europa Global, o acordo de parceria ACP-UE, as prioridades do Global Gateway da UE, a Nova Agenda da UE para as Relações entre a UE e a América Latina e Caribe e suas ligações com o papel e as responsabilidades dos GLR em ambas as regiões.

**Lembrando** que estamos atualmente na década de ação para atingir a Agenda Global da ONU - ODS, e que as estimativas mostram que 65% das 169 metas que sustentam os 17 ODS não podem ser alcançadas sem o engajamento dos GLR.

**Apreciando** a recomendação da ONU de que essas agendas globais devem ser implementadas a nível local para atingir um impacto concreto no terreno, e que os GLR sejam totalmente reconhecidos; nesse sentido, as cidades e os territórios são fundamentais para catalisar a transição a um modelo de desenvolvimento de baixo carbono, energeticamente eficiente, inclusivo, sustentável e resiliente.

**Reconhecendo** a importância dos Acordos Quadro de Parceria (FPA) assinados entre redes globais de associações de autoridades locais e a Direção Geral das Parcerias Internacionais da Comissão Europeia, que as apoia para atingir a Agenda 2030.

#### **Declaram o seguinte:**

**Estamos prontos** para contribuir para aprofundar o diálogo político nos mais altos níveis local, regional, nacional e internacional para construir parcerias políticas mais ambiciosas e garantir que os GLR sejam plenamente reconhecidos como o nível de governo mais próximo dos cidadãos.

**Ressaltamos** que os GLR devem ser considerados como atores-chave na consecução de todo o conjunto de objetivos da “Nova Agenda para as Relações entre a UE e a América Latina e o Caribe”. É necessário reconhecer o mandato democrático dos GLR, prestando serviços básicos e sendo o primeiro porto de escala para atender às necessidades dos cidadãos e apoiar sua aspiração por comunidades justas, inclusivas, sustentáveis e prósperas.

**Saudamos** o foco no fortalecimento do comércio, no aumento do investimento para combater as desigualdades, na melhoria do acesso a serviços públicos básicos e à sociedade do cuidado, no reforço de uma transição verde e digital socialmente justa, e na construção de uma parceria vibrante de pessoa para pessoa. No entanto, enfatizamos a necessidade de estabelecer as garantias e arranjos financeiros necessários para assegurar que os GLR e suas associações possam desempenhar seu papel designado no apoio a esses objetivos e acessar recursos da UE por meio dos instrumentos geográficos e temáticos do IVCDCI-Europa Global. Não obstante, lamentamos que estes não prevejam uma linha de orçamento específica para GLR ou para projetos de cooperação descentralizada dentro da UE-ALC.

**Estamos determinados** a apoiar a transição verde e digital socialmente justa em nossos territórios como parte do nosso trabalho para reconstruir melhor e fortalecer a resiliência nas comunidades após a pandemia de Covid-19, cujo impacto ainda está aprofundando as desigualdades. O reforço da diversificação econômica será fundamental para apoiar nossos cidadãos a acessar meios de subsistência sustentáveis e contribuir plenamente para

construir sociedades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis na UE e na região da ALC.

**Comprometemo-nos** a incluir uma abordagem de gênero interseccional, transcultural e intergeracional em todos os níveis de nossas atividades de desenvolvimento territorial e cooperação, e a aumentar os investimentos em nossos distritos no campo da educação de jovens e formação profissional, promovendo a educação para a cidadania global, bem como a criação de empregos decentes e empreendedorismo.

**Apelamos** a um compromisso em conjunto no apoio aos jovens, especialmente às mulheres jovens, na sua participação ativa na vida política e cívica a nível local e regional por meio, entre outras coisas, da educação para a cidadania global, considerando as suas contribuições como fundamentais para a construção de um desenvolvimento duradouro, inclusivo e sustentável da parceria internacional e mútua entre a UE e as regiões da ALC.

**Convocamos:**

**A União Europeia (UE) e a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC)** a reconhecer a importância da agenda de descentralização e o papel fundamental desempenhado pelos GLR na consecução dos objetivos conjuntos da “Nova Agenda para as Relações entre a UE e a América Latina América e Caribe”. As tendências de recentralização em ambas as regiões estão reduzindo os esforços dos GLR para cumprir com suas comunidades. A descentralização não implica a redução das competências dos governos nacionais, mas é uma oportunidade para aumentar a coordenação e implementar políticas públicas alinhadas com as necessidades dos cidadãos.

**A UE e a CELAC** e seus escritórios de representação a comprometer-se estrutural, financeira e politicamente com os GLR e outros atores políticos importantes, incluindo os parlamentos, a sociedade civil local e o setor privado, para garantir que a parceria renovada proporcione um diálogo regular, justo e inclusivo com múltiplas partes interessadas, adotando uma 'abordagem de toda a sociedade' para atingir objetivos conjuntos e estabelecer uma estrutura para contrabalançar divisões e conflitos existentes e emergentes.

**A UE e a CELAC** a criar instrumentos birregionais de múltiplas partes interessadas – incluindo os GLR, as organizações da sociedade civil e outros atores relevantes – para facilitar espaços de cooperação e diálogo entre as regiões, bem como monitorar os resultados e atingir a implementação das conclusões da Cúpula e outras prioridades birregionais ausentes na Cúpula.

**A UE e a CELAC** a reconhecer a cooperação direta dos governos subnacionais (também conhecida como cooperação descentralizada) tanto na UE quanto na região da ALC como uma importante modalidade de cooperação para aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento por meio do envolvimento das partes interessadas locais e regionais a nível territorial, onde moram os cidadãos.

**A UE** a incluir exemplos claros e orientações sobre como a agenda de investimentos da UE para a região da ALC, desenvolvida no âmbito do Global Gateway, respeitará e promoverá o comércio justo, a devida diligência, a inclusão social, os direitos humanos e a inclusão dos GLR, sempre que possível e pertinente, como parceiros desta agenda de investimentos que deve fundamentalmente beneficiar os cidadãos.

**A UE e os Estados do MERCOSUL** a garantir o monitoramento contínuo do acordo UE-MERCOSUL para assegurar que a prestação de serviços públicos possa se beneficiar



de capacidades fortalecidas, cadeias de valor e acesso em ambos os mercados, e que os GLR possam garantir o interesse público e preservar o direito de organizar os serviços públicos da forma que considerem mais adequada.

**A UE e o CARICOM/CARIFORUM** a garantir que o seguimento do acordo ACP-Cotonou reconheça o importante papel do governo local caribenho na abordagem das áreas prioritárias do Green Deal; Resiliência Econômica e Comércio; e Governança, Segurança e Desenvolvimento Humano, e inclua os GLR no desenvolvimento e implementação de ações conjuntas.

**Agradecemos** o apoio recebido da UE para a organização do Fórum UE-ALC OSC-AL-Juventude.

**Solicitamos** que este Fórum de GLR seja reconhecido e integrado como parte oficial de futuras Cúpulas e seja consultado no estabelecimento de um mecanismo de acompanhamento e na implementação da Parceria. As futuras Cúpulas devem integrar as perspectivas dos GLR para atingir os objetivos compartilhados da parceria renovada entre a UE e a América Latina e Caribe.

**Adotado em Bruxelas, 14 de julho de 2023**

**Fórum de Governos Locais e Regionais da América Latina e Caribe - Europa**